

Obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - Obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente, gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - É regimental o pedido de V. Exa., tem o tempo para fazer uso da tribuna pelo Art. 82.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia. Acabei de chegar agora de uma manifestação em frente à Câmara Municipal de São Paulo, com servidores e servidoras da prefeitura, do município, contra o Sampaprev 2. Nós estamos vivendo, Sr. Presidente, uma tempestade perfeita, no Brasil, contra os serviços públicos e contra os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos.

É um ataque que vem do governo Bolsonaro, com a PEC 32; aqui no estado, com o governo Doria, através do PLC 26, que tem que ser derrotado hoje aqui no plenário. Já aproveite e faço um apelo para que a Assembleia Legislativa não se associe ao extermínio dos serviços públicos no estado de São Paulo e, sobretudo, ao extermínio dos direitos e da dignidade dos nossos servidores e servidoras.

E aqui em São Paulo, na capital, na prefeitura da maior cidade da América Latina, o prefeito Ricardo Nunes também encaminhou uma mini reforma administrativa e um projeto de reforma da Previdência municipal, conhecido como Sampaprev 2, que vai confiscar também, como fez o Doria aqui, como fez o Bolsonaro com a Emenda no 103, de 2019.

O Ricardo Nunes, prefeito da cidade de São Paulo, vai confiscar aposentadorias e vai imitar o Doria, confiscando também os aposentados e pensionistas, além de prejudicar os servidores da ativa, elevando a idade mínima para a aposentadoria das servidoras e servidores, elevando a alíquota de desconto da Previdência, retirando também vários direitos dos servidores municipais.

Então, é o que eu falo, é a tempestade perfeita contra os serviços públicos. Sampaprev aqui em São Paulo, PLC 26, fora o que o Doria já fez: reforma da Previdência, confisco dos aposentados e pensionistas, a lei dos precatórios, que prejudicou os servidores, o PL 529. Então, são vários os ataques.

E no momento em que hoje, por exemplo, é uma data em que nós deveríamos estar, deputado Jorge do Carmo, comemorando o aniversário da Constituição Cidadã. No dia cinco de outubro, foi promulgada a Constituição Federal, fruto de uma ampla mobilização social no Brasil.

Conhecida como Constituição Cidadã, em que nós avançamos na efetivação, do ponto de vista legal, de vários direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e de tantas outras áreas.

Mas não: nós estamos vivendo, hoje, praticamente um desmonte dessa Constituição com todas essas alterações que já foram feitas, principalmente, pelo governo Temer, com a PEC do teto de gastos, que congelou, na prática, os investimentos no Brasil por 20 anos: na Educação, na Saúde, na Assistência Social, nos investimentos em geral. Só não congelou, na verdade, o pagamento de juros da dívida ativa; só isso que não. O resto ele congelou.

A reforma trabalhista, que faz parte desse desmonte, a lei da terceirização, a reforma da Previdência e tantas outras emendas que já foram aprovadas, desmontando a Constituição Federal, que já não era grande coisa. Nós já tínhamos críticas quando ela foi aprovada, deputado Jorge do Carmo, V. Exa. se lembra: nós queremos uma Constituição Federal mais avançada do ponto de vista dos trabalhadores, mas foi o possível naquele momento histórico.

Mas nem isso: ela está sendo totalmente desmontada por todos esses ataques. E aqui na Assembleia Legislativa, é muito importante que na data de hoje nós possamos derrotar o PLC 26, que é um projeto que atenta contra os direitos e contra a dignidade de todos os servidores e servidoras públicos do estado de São Paulo, e também contra a prestação de serviços públicos.

Nós estaremos aqui obstruindo, utilizando todos os recursos regimentais para que esse projeto seja derrotado na data de hoje, aqui, a partir das 19 horas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - Pela ordem, deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGÉ LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - Pela ordem.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, queria fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - Uma comunicação, deputado. Pode fazer, Vossa Excelência.
O SR. DR. JORGÉ LULA DO CARMO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu utilizo o microfone de aparte aqui para fazer uma comunicação, porque, ontem, divulgou-se nos meios de comunicação uma informação do Governo do Estado que me traz bastante preocupação.

Eu, que sou presidente da Comissão de Infraestrutura nesta Casa, e também tem os membros da Comissão de Transportes, da Comissão de Assuntos Metropolitanos. Sr. Presidente, o Governo do Estado divulgou ontem: “Governo de São Paulo vai fechar as bilheterias do Metrô e da CPTM até o final do ano”. Sabia, deputada? Então, está aqui.

Pois é, essa é a pergunta, porque nós estamos vivendo a escalada da privatização. Não é, deputada Marina Helou? A escalada da privatização. Então, fechar as bilheterias das estações do Metrô e da CPTM, eu não consigo entender, deputada, não consigo entender. Exatamente num período de desemprego, em que...

E aí, segundo a informação que temos, o governador vai manter os empregos, mas não é disso só que nós estamos falando. Nós estamos falando do transtorno e do caos que isso vai causar para a sociedade paulista e paulistana. Então, na escalada da privatização, mais uma do Governo Doria, do Governo privatista Doria, que pretende fechar as bilheterias.

De forma muito eletrônica, tudo de forma eletrônica. Essa é a proposta do governador. Então, eu acho um absurdo. Acredito que nós temos que tomar uma providência.

As comissões aqui têm que convocar o secretário, convidá-lo e, se ele assim não quiser, convocá-lo para que ele preste esclarecimento sobre como vai funcionar o fechamento das bilheterias até o final do ano e como vai funcionar depois, principalmente.

Então, repudio essa questão e conclamo aqui os deputados e deputadas para que nós não deixemos isso acontecer sem que seja explicado de forma minuciosa a esta Casa como é que vai funcionar.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - Pela ordem, deputada Janaina.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Havendo acordo de lideranças, Exa., eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICA-NOS - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 03 minutos.

* * *

5 DE OUTUBRO DE 2021

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e DELEGADO OLIM

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão. Coloca em votação requerimento, do deputado Vinícius Camarinha, propondo método de votação ao PLC 26/21.

2 - PROFESSORA BEBEL

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do PT.

3 - JANAINA PASCHOAL

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do PSL.

4 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do Avante.

5 - RAUL MARCELO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do PSOL.

6 - DELEGADO OLIM

Assume a Presidência.

7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

8 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, discorre sobre a possibilidade de manifestação daqueles que acompanham a sessão nas galerias.

9 - MÁRCIA LULA LIA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome da Minoria.

10 - CAIO FRANÇA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do PSB.

11 - CORONEL TELHADA

Para questão de ordem, indaga se o requerimento de método de votação precisa de maioria simples ou absoluta para ser aprovado.

12 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Explica que a aprovação de requerimento de método de votação exige apenas maioria simples.

13 - SARGENTO NERI

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do SD.

14 - PAULO LULA FIORILO

Para questão de ordem, pergunta se o uso de máscara de proteção facial é obrigatório em plenário.

15 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Responde afirmativamente à questão de ordem do deputado Paulo Lula Fiorilo. Solicita ao deputado Gil Diniz que coloque a máscara de proteção facial.

16 - GIL DINIZ

Para comunicação, questiona a atitude do presidente Carlão Pignatari, o qual, afirma, teria se deixado levar por uma provocação do deputado Paulo Lula Fiorilo.

17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Explica seu posicionamento. Reitera seu pedido para que todos os deputados usem máscara de proteção facial no plenário.

18 - ADRIANA BORG0

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do PROS.

19 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Solicita comportamento regimental das galerias.

20 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, cobra resposta a questões de ordem, apresentadas anteriormente, que tratam do PLC 26/21, e que podem tornar nula a tramitação da propositura.

21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Dá conhecimento de respostas às questões de ordem formuladas pelos parlamentares Professora Bebel, José Américo Lula, Caio França, Paulo Lula Fiorilo e Márcia Lula Lia, na 10ª Sessão Extraordinária, de 21/09, e na 15ª Sessão Extraordinária, de 28/09. Solicita que a integra das réplicas seja encaminhada aos parlamentares e publicada no Diário Oficial.

22 - VALERIA BOLSONARO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21, em nome do PRTB.

23 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PLC 26/21.

24 - PROFESSORA BEBEL

Solicita uma verificação de votação.

25 - CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

26 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

27 - PROFESSORA BEBEL

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

28 - ADRIANA BORG0

Declara obstrução do PROS ao processo de votação.

29 - SARGENTO NERI

Declara obstrução do SD ao processo de votação.

30 - JANAINA PASCHOAL

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

31 - VALERIA BOLSONARO

Declara obstrução do PRTB ao processo de votação.

32 - MARTA COSTA

Declara obstrução do PSD ao processo de votação.

33 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução do Republicanos ao processo de votação.

34 - MARCIO DA FARMÁCIA

Declara obstrução do Podemos ao processo de votação.

35 - CAMPOS MACHADO

Declara obstrução do Avante ao processo de votação.

36 - EDSON GIRIBONI

Declara obstrução do PV ao processo de votação.

37 - THIAGO AURICCHIO

Declara obstrução do PL ao processo de votação.

38 - SERGIO VICTOR

Declara obstrução do Novo ao processo de votação.

39 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução do DEM ao processo de votação.

40 - PROFESSOR WALTER VICIONI

Declara obstrução do MDB ao processo de votação.

41 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Registra as manifestações.

42 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, faz indagações sobre o processo de votação e também sobre a apresentação de questões de ordem quando há um orador na tribuna.

43 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Presta esclarecimentos ao deputado Teonilio Barba Lula.

44 - BARR0S MUNHOZ

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

45 - MARCIO NAKASHIMA

Declara obstrução do PDT ao processo de votação.

46 - TENENTE NASCIMENTO

Declara obstrução ao processo de votação.

47 - GIL DINIZ

Declara obstrução ao processo de votação.

48 - CORONEL TELHADA

Declara obstrução do PP ao processo de votação.

49 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Registra as manifestações.

50 - VINÍCIUS CAMARINHA

Para questão de ordem, faz indagação sobre o processo de votação.

51 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Presta esclarecimentos ao deputado Vinícius Camarinha.

52 - MARINA HELOU

Declara obstrução da Rede ao processo de votação.

53 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Registra a manifestação. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental, ficando adiada a votação do requerimento de método de votação ao PLC 26/21.

54 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, pergunta acerca do processo de votação.

55 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Presta esclarecimentos ao deputado Teonilio Barba Lula. Lembra a realização da próxima sessão extraordinária, com início previsto para as 21 horas e 20 minutos de hoje. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental das Sras. Deputados e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Há sobre a Mesa um método de votação assinado pelo líder do Governo.

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, que a votação de Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2021, constante da presente Ordem do Dia, se processe na seguinte conformidade:

1- Projeto de lei Complementar, salvo mensagem aditiva e emendas.

2- Englobadamente, a Mensagem aditiva A-nº 100/2021, do Sr. Governador, e a Emenda nº 32.

3- Demais emendas englobadamente.

Sala da Sessão, deputado Vinícius Camarinha.”

Em votação o requerimento e o método de votação apresentado pelo líder do Governo, deputado Vinícius Camarinha. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental. Para encaminhar pelo método de votação, deputada Professora Bebel.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, presidente.

Presidente, pela ordem. Só para repor o tempo...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tem orador na tribuna.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - É só para repor o tempo da deputada, porque ela não tinha chegado e já estava correndo o tempo.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ela estava conversando. Quando ela pediu, já estava lá. Está tranquilo, deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Só pode ligar o comando quando está na tribuna, presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não, presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pode voltar o tempo dela e pôr os dez minutos, por favor.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Obrigado, presidente, obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento toda a Mesa Diretora de trabalho, os assessores que estão à minha esquerda e à minha direita.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente nesta Assembleia Legislativa, enfim, aproveito também para cumprimentar o ex-deputado Simão Pedro, que está aqui entre nós e, enfim, cumprimento todos que nos assistem através da Rede Alesp. Mais uma batalha, mais uma batalha frontal contra os servidores públicos do estado de São Paulo.

Eu fico me perguntando o que é que os servidores fizeram de errado para sofrer tanta perseguição desse governador, que não tem outra coisa senão... No ano passado, dois ataques. Neste ano, mais um ataque.

Sabe-se lá qual é o ataque que vem. Esse PLC 26 é a réplica da PEC 32, deputada Márcia Lia, que está no Congresso Nacional e que significa, na verdade, uma perda substancial para os serviços públicos do Brasil.

Eu estou diante desta Assembleia e deste plenário composto por deputados e deputadas. E eu me lembro de que da outra vez, quando eu subi nesta tribuna e disse que os servidores aposentados iam pagar o preço também, muitos diziam: “não é verdade, ela está dizendo isso, mas nós temos direito adquiriu”.

E hoje está aí a cobrança dos servidores e das servidoras aposentados, e aqueles que ganham miseravelmente mil reais têm desconto nos seus holerites.

Então é bom que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas... Ainda há tempo, e chamo atenção para não cair em um erro desses, para não cair nessa “calenda” de que está moralizando.

Não, está imoralizando o serviço público no estado de São Paulo. Aqui nós todos temos cara quais são os princípios básicos do serviço público, da nossa profissão. E haverá desprofissionalização, na medida em que torna temporário efetivo e temporários também pagarão um preço por isso.

Eu acredito que todos os que estão aqui mais os que estão lá fora sabem perfeitamente da importância que é a não votação, ou votar contra o PLC 26. Esse governo tinha que ter um pouco mais de respeito, nos tratar com dignidade, nos dar salário, nos atender, atender o serviço público. Não, desmonta o serviço público. Não há outra coisa que tem feito senão isso.
E é com esse espírito que eu venho pedir para os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas. É verdade que todo mundo diz: “eu tenho que cumprir o voto do líder, da liderança”, mas lá fora quem vota em V. Exas. é o povo, e o povo vai ser duro, se tiver mais um ataque aos servidores públicos no estado de São Paulo.

Esse negócio de que servidor é assim mesmo, tal, eu posso dar um retrospecto. Eu participei de inúmeros movimentos, não para queimar governo. Eu sonhava que tivesse um governador aberto e afeto às negociações, e isso nunca aconteceu, como não está acontecendo neste momento.

É o verdadeiro rolo compressor do líder do Governo e do governador sobre as nossas cabeças e sobre as cabeças dos servidores públicos do estado de São Paulo. Não podemos aceitar. Ainda há tempo, Sras. Deputadas, ainda há tempo, Srs. Deputados. Votem “não” a esse PLC que significa um retrocesso, porque lá em casa muitos de vocês têm servidores públicos na família, e como têm.

Quando foi o confisco dos aposentados, tinha lá um aposentado, uma aposentada. E aí, o que aconteceu? Está lá

descontando e os senhores estão tendo que explicar por que votaram favorável. E isso é lamentável, é muito lamentável.

Então é com esse espírito que a minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, vai trabalhar, vai obstruir, no sentido não de atrapalhar, mas de ganhar tempo e, ao mesmo tempo, esperar que o governo tenha a dignidade de retirar essa vergonha que assola os serviços públicos do estado de São Paulo.

Eu tive a oportunidade, inúmeras vezes no Colégio de Líderes tenho dito que a tramitação está totalmente errada. Primeiro, tinha um projeto de lei com um conteúdo, deputado Giannazi. Depois fez aditamento. O aditamento incluiu um plano de carreira ruim, muito ruim para os funcionários de escola. Então, quando tem uma nova matéria, esse aditamento é um novo texto de lei.

Portanto, ele tem que ter o mesmo prazo, para que nós pudéssemos apor emendas e, ao mesmo tempo, ir para votação em separado. Nós entramos com pedido. Fizemos inúmeras manifestações, questões de ordem, encaminhamento. Mas, lamentavelmente, não temos logrado êxito no que diz respeito a garantir os direitos dos servidores públicos do estado de São Paulo.

Imaginar que a insalubridade, por si só - eu costume dizer - ela já é inaceitável, imagine que, por uma outra metodologia de cobrança, pode ter perda no valor da insalubridade. E a gente colocar os nossos servidores todos, além de se dedicar, ainda perder com o auxílio insalubridade.

Mas vamos lá. Os técnicos, trabalhadores do Detran, eu não estou falando de mim, só. Estou falando dos trabalhadores do Detran. Tem concurso para quatrocentos. O que aconteceu?

Vão ser chamados servidores públicos, e não serão chamados concursados. Que lógica é essa? “Ah, mas tem a lei que proíbe chamar concurso público até 31 de dezembro.” Ué, então esticasse o prazo até 31 de dezembro, e chamasse os concursados do Detran!

Então a lógica, meus queridos que estão no público, que estão entendendo, e sabem perfeitamente o que vai significar essa reforma, sabem que a lógica é acabar com o concurso público. Estabilidade não é privilégio. Nós queremos, na verdade,